

Amadeu Torres

Universidade Católica Portuguesa / Universidade do Minho

Verney e as correntes coeva e posterior do filosofismo gramatical

1. Quando Segismundo, cabeça coroada, proferiu a insólita frase “Eu sou o Imperador romano e estou acima da Gramática”, segundo o Princípio de Peter, atingiu o máximo da sua incompetência linguística. Tal como pode acontecer, em campo afim, àqueles docentes de qualquer grau de ensino, no tempo de Verney ou agora, que foram subindo por escalões etários de serviço sem nunca participarem numa assembleia ou colóquio, num concurso adrede estabelecido, num encontro de aperfeiçoamento científico-pedagógico, ou ao menos num esforço pessoal de actualização. Tal qual ainda há poucos anos se viu, e no século XVIII não minguavam enfatuações similares, nalguns dos nossos geniastrós das letras ao confessarem uma palmar ignorância acerca de determinado escritor laureado com o prémio Nobel, como se esta nesciência supina equivalesse a rotunda injustiça praticada pelos académicos de Estocolmo.

De facto, estamos todos, utentes de uma língua natural, sujeitos inquestionavelmente à gramática nela implícita, vassallos e senhores, analfabetos e escolarizados, escravos e imperadores. E à outrossim gramática explícita ou nomenclaturizada que, quanto mais se apreende, mais responsabilmente nos prende nas suas malhas, afinal não demasiado cassantes daquela liberdade de expressão cujo desfrute é, a modos de recompensa, reservado aos que a tempo se consciencializam, como Fernando Pessoa o frisa por outros termos, da distinção entre a letra e o espírito das suas leis. Por tudo isto, são absolutamente de louvar o recentíssimo ‘Campeonato Nacional da Língua Portuguesa’ tão abastardada ortográfica e morfossintacticamente, assim como o semanário *Expresso* e a *SIC Notícias*, seus promotores.

A reforma verneyana, aquém do âmbito geral que a caracteriza e aqui dispensa tratamento directo, não foi, contudo um grito estólido de emancipação gramatical. Aluno dos Jesuítas no Colégio de Santo Antão desde 1720, antes do início da Filosofia na Congregação do Oratório em Lisboa e do curso de Teologia na Universidade de Évora, onde também se graduou em Artes (1736), aí estudou as Humanidades e lidou, portanto, com as gramáticas em uso, a primeira das quais era a de Manuel Álvares (1572) na edição versejada de António Velez¹ a que meia dúzia de cartapácios auxiliares de

¹ Cfr. Emmanuelis Alvari e Societate Iesu *De Institutione Grammatica Libri Tres*, Antonii Vellesi Amien-

outros autores ajudava, normalmente em vernáculo. Assim apetrechado, rumou Verney no ano da sua graduação e com 23 de idade (1736) para a Sapienza de Roma, a fim de terminar a Teologia e doutorar-se em Direito Civil. Fez então da cidade dos Papas a sua quase permanente morada, com maior ou menor favor da Corte e sem retornar à pátria. Entra em 1780 para a Real Academia das Ciências de Lisboa e em 1790, dois anos antes da morte, para deputado honorário da Mesa da Consciência. Era possuidor do colar da Ordem equestre do Esporão de Ouro, com que o condecorara Clemente XIV.

À data do seu nascimento em Lisboa (1713), um ano depois de Genovesi² cuja *Lógica*, qual confessa mais tarde, lhe teria poupado tanto trabalho quando compôs a própria, mas que, apesar disso, lhe serviu para alguma correcção, raiava, Europa além, a filosofia das Luzes, de teor racionalista e experimental. O entusiasmo pelos novos factos científicos desveladores do homem e da natureza, alcandorava a razão e a atenção ao real a um pódio jamais atingido. Na verdade, o *Quod nihil scitur* (1581) de Francisco Sanches (1551-1623) já contava 132 anos, o *Novum Organum* (1620) de Bacon (1561-1626) 93, o *Discurso do Método* (1647) de Descartes (1596-1650) 66, as três *Gramáticas* e a *Lógica* de Port-Royal³ (1655-1662) respectivamente 58, 57, 53 e 51. Gasendi (1592-1655) havia falecido há 58 anos, Hobbes (1588-1674) há 39, Locke (1632-1704) há 9 já. Malebranche (1638-1715) viveria ainda mais dois anos, Leibniz (1646-1716) mais três, Newton (1642-1727) ainda 14, Christian Thomas ou Thomasius (1655-1728), o fundador da Universidade de Halie, 15; Boerhaave (1668-1738) ainda 25, Muratori (1672-1750), 21; Wolff (1679-1754), 41 ainda.

Entre os compatriotas, cá dentro ou lá fora, sentia-se ou viria a sentir-se, pontilhadamente, idêntico anseio iluminista e renovador, sobretudo em Jacob de Castro Sarmiento (1691-1762), admirador de Newton e de Bacon, cuja versão do *Novum Organum* chegou a encetar; em Ribeiro Sanches (1699-1783), discípulo de Boerhaave em Leida e inspirador da reforma da Faculdade de Medicina, já proposta por D. João V a

sis ex eadem Societate lesu Eborensis Academiae Praefecti Studiorum opera aucti et illustrati. Eborae, ex Typographia Academiae. Ann. 1744. Cum facultate S. Inquisitionis, Ordinarii et Regis

A primeira intervenção veleziana, com mnemónicas versificadas, na Gramática de Manuel Álvares saiu em 1599, na cidade de Évora, e não ficou por aí. Esta edição de 1744, antecedendo em dois anos o *Verdadeiro método de estudar*, adopta essencialmente a mesma metodologia; vd. também Amadeu Torres, *Gramática e Linguística*, Faculdade de Filosofia, Centro de Estudos Linguísticos, Braga 1998, pp. 83-102 (acerca de Manuel Álvares), pp. 125-134 (acerca de Verney).

² Cfr. Aloysii Antonii Verneii, Equitis Torquati, Archidiaconi Eborensis *De Re Logica ad usum Lusitanorum adolescentium libri sex*. Editio quarta [a 1ª é de Roma, 1751] auctior et emendatior. Neapoli, MDCCLXIX, Ex Typographia Raymundiana, Superiorum Facultate. A p. 32 lê-se: "Doleo me hominis Logicam antea non vidisse; multo enim labore me levasset [artem Logicam viri doctissimi Antonii Genuensi]".

Uma recente edição da *Lógica* do Genuense, republicada na Imprensa da Universidade de Coimbra, em latim, no ano de 1773, e posteriormente em tradução portuguesa de B. J. de Sousa Farinha (1785), de Miguel Cardoso (1786) e de Guilherme Coelho Ferreira (1787), saiu no Brasil: António Genovesi, *As Instituições de Lógica*, introdução de António Paim, Rio de Janeiro, PUC, 1977.

³ Cfr. (Antoine) Arnauld et (Claude) Lancelot, *Nouvelle méthode pour apprendre facilement la langue grecque*, Paris, 1655; id., *Nouvelle méthode pour apprendre facilement la langue latine*, Paris, 1656; id., *Grammaire générale et raisonnée contenant les fondements de l'art de parler, expliquée d'une manière claire et naturelle; les raisons de ce qui est commun à toutes les langues, et les principales différences qui s'y rencontrent, et plusieurs remarques nouvelles sur la langue françoise*, Paris, 1660; (Antoine) Arnauld et (Pierre) Nicole, *La logique ou l'art de penser, contenant, outre les règles communes, plusieurs observations nouvelles propres à former le jugement*, Paris 1662.

Castro Sarmiento; em Teodoro de Almeida (1722-1804), com a sua *Recreação Filosófica*, cujos 10 volumes se alongam desde 1751 a 1800 enciclopedicamente; em Frei Manuel do Cenáculo (1724-1814), interventor nos Estatutos da Universidade (1772); em António Pereira de Figueiredo (1725-1797), com o seu *Novo método de gramática latina* (1752) adoptado no Reino desde a reforma oficial de 1759 até 1834, na sua reprodução epitomizada.

Quer dizer, após a rápida evocação de um contexto destes resulta mais que manifesto termos de encarar o celebrado Arcediago de Évora tal como ele foi em realidade: um verdadeiro, na expressão de Fontenelle a respeito da história, “filho do seu tempo” a quem, além disso, coube a fortuna de filho de dois espaços culturais cuja disparidade o chocou nos planos científico-pedagógico e metodológico-didáctico, por achar um deles desfasado da nova apreensão global do mundo e das suas implicações na formação de cidadãos dignos, ilustrados e socialmente válidos, úteis à República e à Igreja, como se lê na portada do *Verdadeiro método de estudar*.

Se aquém fronteiras já não se andava às escuras do que se passava além delas, porque havia periódicos, sociedades científicas, academias literárias, livreiros da estranha cá estabelecidos, viagens activas e passivas, representações diplomáticas, intercâmbios de alto nível e trocas epistolares transnacionais; se Luís António Verney terá, conseqüentemente, aspirado eventuais haustos das aragens que sopravam em seu redor antes da partida para Itália, porquanto podia haver compulsado o *Cursus salmanticensis S.J.*, que devia andar nas mãos dos condiscípulos, segundo António Alberto de Andrade, e no qual figuravam “os nomes e noções da doutrina de Galileu, Gassendi, Francisco Bacon, Hobbes, Renato Descartes, Manuel Maignan, João Saguens e Tomás Vicente Tosca⁴; se ao *Apontamentos para a educação de um menino nobre* de Martinho de Mendonça Pina e Proença, ou ao *Teatro crítico universal* do frade beneditino espanhol Bento Feijó lhes deitou os olhos⁵ enquanto aluno de Évora ou do Oratório lisboeta, conforme parece; se finalmente a atitude intelectual de inquietação do Rei Magnânimo rogando os bons ofícios do médico Sarmiento ou convidando Boerhave para lente de Coimbra denuncia um começo de jornada e de ajornamento anteriores ao impulso do Barbadinho – eis quatro questões, ou nem tantas, já autorizadamente investigadas.

Com efeito, depois dos trabalhos notáveis de Luís Cabral de Moncada, de António Salgado Júnior, da tese mestra de António Alberto de Andrade e das abordagens múltiplas de Barbosa Machado, Pedro José de Figueiredo, Carlos de Passos, Hernâni Cidade, António Sérgio, José V. de Pina Martins, Mons. A. Antunes Borges, J. S. da Silva Dias, Mariana A. Machado Santos e Francisco da Gama Caeiro⁶ entre outros, à pretensão quiçá ingénua de descobrir coisas novas será talvez melhor contrapor a tentativa

⁴ Cfr. António Alberto de Andrade, *Verney e a cultura do seu tempo*, Coimbra, Acta Univ. Conimbricensis, 1965, p. 59.

E esta uma obra fundamental, sem dúvida a que até hoje estudou o culto iluminista português de modo mais abrangente e completo, aparte dois ínfimos senões: a “Bibliografia verneiana” (pp. 453-491) apresentada de forma bastante compacta; e a “Chave das abreviaturas da bibliografia consultada” (691-727), onde por vezes custa não perder o esmo ou desviar-se de fechadura alheia, mormente quando num lugar remete para outro sem citar a página correspondente.

⁵ Cfr. id., *ibid.*, pp. 75-78.

⁶ Cfr. id., *ibid.*, pp. 691-727; id., *Verney e a projecção da sua obra* [o autor assina A. A. Banha de Andrade], Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, 1980, pp. 113-114.

simples de reflectir um pouco mais atentamente sobre coisas velhas, na acepção de, ao menos em plano geral, bem conhecidas, mas às quais se não tem prestado grande atenção, por se julgar suficientemente esclarecedor o que aparece, a esse respeito, no *Verdadeiro método de estudar*, Cartas primeira e segunda, quanto ao seu filosofismo gramatical.

2. Em *Verney e a cultura do seu tempo* diz A. A. de Andrade, acerca do Arceidiago de Évora como gramático, termos de convir “que é mais um erudito a juntar a esses tantos outros que, nas Academias literárias da época, tomavam o tema do idioma português para objecto de suas opiniões pessoais”⁷. Ora não sei se será tanto assim. Que ele era um erudito, e em grau elevado, ninguém o negará. Que seja comparável a académicos agradados em botar discurso de diletantes ociosos, é decerto força de expressão, pois “não será demais acentuar que Verney propunha, sem ambages, a mutação radical dos programas de ensino, em vista a uma transformação de estruturas”⁸. Estamos, portanto, nos antípodas de uma arenga ocasional. Há todo um organigrama pedagógico complexo, que hoje diríamos integrado, proposto para uso oficial e resultante da mundividência em voga.

Saltando adiante parágrafos alongados sobre pronúncia e ortografia, e outros de intervenção crítica que para A. Alberto de Andrade sabe a “feroz”, o essencial da Carta I consiste na recomendação de uma gramática em vernáculo, “curta e clara”, uma antologia de cartas de Vieira de entre as mais fáceis, e um dicionário selecto e manuseável⁹. Tal alvitre entra em aplicação com o Alvará de 30 de Setembro de 1770 aprovando a *Grammatica da lingua portugueza* de Reis Lobato. Este, recordado de obras análogas anteriores nas quais aponta falhas de clareza, de ordem ou de método port-royalino e cujo uso particular já se atesta em Fernão de Oliveira, faz-se eco da urgência de oficialização em contraste com a inércia grassante, lamentando, na “Introdução” ao compêndio, que “sendo tantos os clamores com que homens tão doutos publicão a necessidade de escolas de Grammatica materna, não tenham sido estes até agora ouvidos”¹⁰.

A Carta II entra em censura à metodologia vigente encostada a um Manuel Álvares mais barroco do que o primitivo, para de seguida inculcar a adopção de uma gramática do latim redigida em português, despojada da sobrecarga da “infinidade de versos latinos e outras coisas que não servem para nada deste mundo”¹¹, reduzida primordialmente às regras básicas, explicativa e sistematizada, a exemplo das gramáticas razoadas, cartesianas ou filosóficas. A Carta III sobre as cadeiras auxiliares da latinidade escolar, textos e processos de aprendizagem, avança na sequência do ideário antes assinalado; o mesmo seja lícito dizer da IV, alertando para o contributo das línguas grega e hebraica em relação à teologia e para a utilidade de alguns idiomas modernos.

⁷ Cfr. António Alberto de Andrade, *Verney e a cultura do seu tempo*, cit., p. 184.

⁸ Cfr. A. A. Banha de Andrade, *Verney e a projecção da sua obra*, cit., p. 41.

⁹ Cfr. Luís António Verney, *Verdadeiro método de estudar*, ed. de António Salgado Júnior, 5 vols., Lisboa, Sá da Costa, 1949-1952, I, pp. 34-35, 128-134.

¹⁰ Cfr. António José dos Reis Lobato, *Arte da grammatica da lingua portugueza*, composta e offerecida ao Ill.^{mo} e Exc. ^{mo} Senhor Sebastião José de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras [...]. Na Regia Officina Typographica, 1770, pp. XVII-XXIV e XIII (cfr. edição crítica de Carlos Assunção, Lisboa, Academia das Ciências, 2000, *passim*).

¹¹ Cfr. ed. de António Salgado Júnior, supra, nt. 9, I, pp. 141 e 135-168.

É, porém, na Carta II e em parte da primeira, que o gramaticalismo verneyano se entremostra em corpo quase inteiro, epocalmente situado e singularmente à vontade em face de tendências e autores nos quais epistemologicamente a “ratio” se sobrepôs ao “usus” e consequentes abusos de tipo despauteriano. Velhos e novos comparecem à barra do tribunal e os juízos sucedem-se, nem sempre comedidos na apreciação daqueles. Mas, ainda assim, é nas 66 páginas da “Introdução historica e critica à Grammatica Latina”¹² onde melhor podemos vê-lo em posse consciente daquilo que então se chamava a filosofia das gramáticas.

Aí começa por distinguir entre “compor bom latim” e “saber compor huma boa Grammatica”: para lograr tal objectivo, “são necessarios outros requisitos que não provém da boa Latinidade, mas da boa Filosofia”, – acentua Verney. É esta que incita a não se contentar com o material da obra, antes a ter em mira o formal, que “está no método ou ordem que se lhe dá”. Isto exige não só o conhecimento das “verdadeiras causas e princípios em que se funda a língua”, mas outrossim a visão inter-relacionadora das várias partes, redutora do número de regras e dedutivamente esclarecedora das excepções a partir daqueles; e além disso, a correcta disposição das matérias de sorte que umas dilucidem as outras, superioridade de ânimo para não cair no pedantismo de querer escrever tudo o que se sabe, facilidade e clareza nas explicações dadas, poder de sistematização que não confunda o essencial com desvios e superfluidades¹³. “Que tudo isto seja necessario – prossegue Verney – para uma boa Grammatica, não o negará pessoa alguma que saiba que coisa he bom methodo e systema, e que tenha experiencia das escolas. Mas que tudo isto seja effeito de boa Filosofia, também não o negará nenhum homem ou bom Filosofo, ou ao menos versado nas Logicas modernas. Em fim, para dizer tudo em duas palavras, huma boa Grammatica he um systema de doutrina bem concebido e bem ordenado”¹⁴.

Embora Verney confesse não ser cartesiano, o certo é que na Carta VIII dá um grande elogio a Descartes como “o primeiro que fez um sistema ou inventou hipótese para explicar todos os fenómenos naturais [...] e abriu a porta para a reforma das Ciências”. Por isso nestes excertos sobre uma boa gramática sente-se bem a presença do autor do *Discurso do método*. Quanto às “Lógicas modernas”, entende naturalmente as de Bacon, Port-Royal, Gassendi, Genovesi, Facciolati, Corsini, Soria e Fortunato de Bréscia, sem esquecer Locke no seu *An Essay concerning human understanding (1690)*¹⁵, todas

¹² Cfr. Luis Antonio Verney, *Grammatica Latina tratada por hum methodo novo, claro e facil para uso daquellas pessoas que querem aprendella brevemente e solidamente*, Terceira edição mais emendada, Lisboa, Na Regia Officina Typographica, Anno MDCCCLXXV, Com licença da Real Mesa Censoria.

Ao título da 1ª edição (Barcelona, 1758), igual ao sublinhado acima, acrescentou para despistar: *Traduzida do francês em italiano e do italiano em português*. A 2ª edição (Sevilha, 1768) mantém o anonimato, que só termina com a de 1785 (Lisboa). Há ainda as de 1790 e 1816, e, como se vê, mereceu a protecção real desde 1775.

¹³ Cfr. a *Grammatica Latina* (1775) da nt. 12, “Introdução”, pp. VII-VIII.

¹⁴ Cfr. *ibid.*, p. VIII-IX.

¹⁵ Cfr. a ed. de António Salgado Júnior, supra, nt. 9, III, pp. 14-15, 30-111 e respectivas notas; A. Alberto de Andrade, *Verney e a cultura do seu tempo*, cit., pp. 115-116, 353, 451, 710, 712; Aloysii Antonii Verneii, *De Re Logica*, cit. supra na nt. 2, “Liber primus”, pp. 1-32.

Acerca da sua recusa das ideias inatas, na esteira de Locke, vd. Amândio Coxito, “A crítica do inatismo segundo Verney”, *Revista Filosófica de Coimbra*, I, 1 (Março, 1992), pp. 51-62.

elas diversas das Lógicas Carvalha e Barreta que se esfalfavam na arte silogística e não ministravam “preceitos para julgar e raciocinar com acerto”¹⁶.

Observando que o encaminhamento do gramaticalismo pelas vias da racionalização, do sistema, da brevidade e clareza começou antes da superação do logicismo escolástico, Verney recorda Escalígero, a *Minerva* (1587) do Brocense, a *Grammatica Philosophica* de Gaspar Schopp (1628), a *Aristarcus* de Vóssio (1635); e em especial a *Nouvelle Méthode* de Lancelot (1656), por cujo volume e epítome a língua de Cícero “se ensina em muitas partes da Europa” no idioma próprio, sendo de louvar, não obstante a pecha das metrificações, a sua exposição de toda a sintaxe em 36 regras apenas, enquanto antigos autores chegaram a 250 e até a 500. Elogia ainda a *Grammaire générale et raisonnée* (1660) pelo teor filosófico-analítico aplicado a uma língua vulgar, causando-lhe espanto que certos autores continuem fechados a tal epistemologia, como sucedeu – insiste o nosso Arcediogo – a quantos se descuidaram da ordem lógica das matérias, do espírito de síntese, da distinção entre o nuclear e o acessório, do rigor de juízo, para descambarem em repetições escusadas, erudições postiças, catervas de textos abonatórios de uma regra, paixonetes filológicas por arcaísmos e semelhantes antigualhas, defeitos estes de que nem escaparam alguns modernos cujas gramáticas, se pelo número de páginas já amedrontam os professores, maior pavor causarão aos jovens escolares¹⁷.

Nos três últimos parágrafos – o IV^o o V^o e o VI^o – da “Introdução”, Verney ocupa-se dos requisitos de uma boa gramática, explicita o modo de ensinar a sua *Gramática Latina* e responde às possíveis dificuldades contra o novo método que adoptou. Precatando-se a tempo, adianta logo não existirem gramáticas perfeitas, o que desculpa faltas alheias por si censuradas, devendo contudo aquelas adequar-se aos objectivos próprios dentro dos parâmetros de uma boa filosofia, que para ele é “o conhecimento das coisas que há neste mundo e das nossas mesmas acções e modo de as regular para conseguir o seu fim”¹⁸. Subministra depois úteis conselhos de ensino-aprendizagem e termina com esclarecimentos de pormenor à volta das ditas dificuldades, inaceitáveis acaso para gramáticos conservadores, não para os das Luzes e predecessores imediatos¹⁹.

Torna-se com certeza redundante perguntar agora se Verney compôs realmente uma *Gramática* coadunável com a ideologia que expressa na “Introdução” dela. Nada custa, porém, acrescentar, em jeito de esclarecimento final, que as obras aí mais citadas são a *Minerva* de Sánchez de Las Brozas, o *Nouvelle méthode pour apprendre facilement la langue latine* de Claude Lancelot; em menor escala as de Schopp, Vóssio, Facciolati, Corrado e a didascália de Perizónio ao Brocense. De resto, encontramos perante uma gramática de tipo humanístico, pelos textos exemplificativos respigados nos melhores autores; singularmente clara, fazendo finca-pé nas regras fundamentais, usando amiúde de chavetas enucleadoras e manchas tipográficas suficientemente contrastantes; metódica, simples e ao mesmo tempo bastante completa, moderna e “juntamente filosofica, pois com os princípios da boa Logica examina as causas da Grammatica Latina”²⁰ – terminologia assimilada por um autor extraordinariamente inse-

¹⁶ Cfr. *l. c.* supra, na nt. 14.

¹⁷ Cfr. *ibid.*, pp. XX-XLI.

¹⁸ Cfr. a edição de A. Salgado Júnior, supra, nt. 9, III, p. 21.

¹⁹ Cfr. *o. c.*, na nt. 13, “Introdução”, pp. XLII-LXVI.

²⁰ Cfr. *ibid.*, p. LXV.

rido no seu tempo e consciente de uma ousada missão reformadora, à altura da Europa da *Aufklaerung* que ele não queria materialista ou agnóstica, mas newtonianamente racional e experimental, pluralmente culta e iluminada.

A sua *Grammatica* está, na verdade, acima de outras conhecidas, anteriores e até contemporâneas, sobrecarregadas de normativismo anômalo ou arejadas e de teor essencialista. Mas o Arcediago de Évora Luís António Verney não foi nenhum Segismundo, nunca se colocou acima de nenhuma, antes lutou para que todas adquirissem aquele nível ideal de acessibilidade capaz de semear luzes a rodos, na mente de cada cidadão, a partir do estudo e experiência da língua materna.

3. Além disso, Verney deu, por assim dizer, o pontapé de saída de um jogo que se andava tateando a partir de Amaro de Roboredo (*Methodo grammatical para todas as linguas*, Lisboa, Craesbeek, 1619) e de D. Jerónimo Contador de Argote (*Regras da Língua Portuguesa, espelho da Língua Latina*, Lisboa, *ibid.*, 1721). António José dos Reis Lobato insere-se claramente na problematização verneyana, citando até grande parte dos modelos racionalizantes naquela apontados. Contudo, a primeira gramática, intitulada de *filosófica*, ainda aguardaria, posta de fora a de João de Sousa Pinto de Magalhães (1780) que, de acordo com Inocêncio no *Dicionário Bibliográfico Português*, nunca veio a lume, uns treze anos sobre a de Lobato e pertence a Bernardo de Lima e Melo Bacelar²¹. Este surto de gramaticalismo iluminista, cuja divulgação ou expansão ficou comprovada por cerca de uma vintena de obras em Portugal e no Brasil, culminou entre nós em Jerónimo Soares Barbosa (1737-1816), com *As duas Linguas, ou Grammatica Philosophica da Língua Portuguesa, comparada com a Latina, para ambas se aprenderem ao mesmo tempo* (Coimbra, Imprensa da Universidade, 1807) e *Grammatica Philosophica da Língua Portuguesa, ou princípios da Grammatica Geral applicados á nossa linguagem* (Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1822).

Lançada dos prelos quase no fecho do primeiro quartel do séc. XIX, já se encontrava pronta por 1803 e vem anunciada nas últimas páginas daqueloutra que Soares Barbosa publicou em 1807. As razões prováveis do atraso podem ler-se na 8ª edição²², anastática e com base no texto *princeps*, dado à estampa em Março de 2004, a duzentos anos de distância no tempo. Motivaram-na solicitações múltiplas, quer do nosso meio universitário quer sobretudo do brasileiro, em face da raridade do original e dos defeitos das edições vigentes, que afinal radicam geralmente naquele. A oportunidade de tal empreendimento surpreendeu-nos, ultrapassando de longe todas as expectativas, de tal modo que, em menos de um ano, obrigou a uma nova tiragem com data de saída em 24 de Janeiro de 2005, a 268 anos do nascimento do autor.

Este fenómeno de renovação ou retorno, que parece cíclico, já aconteceu, após o olvido do filosofismo gramatical provocado pela corrente da linguística histórica e do

²¹ Cfr. Carlos Assunção, *Arte da Grammatica da Língua Portuguesa* de António José dos Reis Lobato, ed. crítica, estudo, mss e textos subsidiários, Lisboa, Academia das Ciências, 2000, pp. 48-61 e 117-141; *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa* (1783) de B. L. e Melo Bacelar, ed. fac-similada, introdução e notas de Amadeu Torres, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1996, *passim*.

²² Cfr. Jerónimo Soares Barbosa, *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa* (1822), ed. anastática, comentário e notas críticas de Amadeu Torres, Lisboa, Academia das Ciências, 2004; a 2ª tiragem desta 8ª edição está a cargo da Faculdade de Filosofia, de Braga, Universidade Católica Portuguesa, 2005.

comparativismo oitocentistas, em consequência da escola gerativista de Chomsky e das incursões linguístico-filosóficas de Eugenio Coseriu, magistrais e luminosas, adentro do seu funcionalismo e estruturalismo semântico. Será que, transposto novo hiato, embora menos longo, alguns aspectos do iluminismo gramatical tocam com abordagens da linguística cognitiva, paradigma constituído institucionalmente há 15 anos (1989), conquanto em gestação desde os anos 80 através de G. Lakoff, líder do movimento heterodoxo da gramática gerativa, de Ronald Langacker e de Leonard Talmy? A filosofia da mente, a psicolinguística, a hipótese dos factores universais em articulação com a da relatividade linguística, a estruturação conceptual entre línguas a nível superficial ou profundo, enfim o nível performativo do uso linguístico só terão relevância no plano funcional ou também no formal, mais privilegiado pelo gerativismo e gramaticalismo racionalista? E deverá arrumar-se qualquer gramática filosófica, quer geral quer particular, no canto dos trastes velhos e apenas *descontextualizadores* da linguagem como parte integrante da cognição²³, ou haverá nela algo ainda de aproveitável?

Como, por um lado, não sou especialista nesta recentíssima escola, e, por outro, não me é fácil explicar as razões do ressurgido interesse pela *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa* de Jerónimo Soares Barbosa – não obstante me incline para reatensões a ela da parte dos epígonos chomskyanos e coserianos, permita-se-me, no entanto, rematar com a adaptação de consabidos prolóquios: *sub iudice lis manet. Dicant Paduani*, isto é, os respeitáveis Mestres na matéria.

²³ Cfr. Augusto Soares da Silva, Amadeu Torres e Miguel Gonçalves (orgs.), *Linguagem, Cultura e Cognição. Estudos de Linguística Cognitiva*, 2 vols, Actas do Congresso Internacional (Braga, 16-18 de Julho de 2003), Universidade Católica Portuguesa, Coimbra/Braga, Livraria Almedina, 2004, I, “Introdução” de Augusto Soares da Silva, pp. 1-18.